

Tradições Gaúchas e processos de educabilidade: os governadores Alceu Collares, Yeda Crusius e Eduardo Leite (1991-2024)

*Gaúcho Traditions and educability processes: the governments of Alceu Collares, Yeda Crusius, and
Eduardo Leite (1991–2024)*

Thiago Ellert Pilz*

Mateus Silva Skolaude**

Palavras-chave:
Educabilidade
Identidade
Memória Coletiva

Resumo: Este ensaio analisa como os processos de educabilidade influenciam a construção da identidade cultural gaúcha, considerando os governos de Alceu Collares, primeiro governador negro (1991–1995), Yeda Crusius, primeira mulher no cargo (2007–2011) e Eduardo Leite, atual governador abertamente homossexual (2019–2022; 2023–atualidade). A identidade gaúcha foi construída a partir do século XX, adaptando-se às dinâmicas culturais, políticas e sociais de cada contexto histórico. O mito consolidado projeta uma representação masculina, heterossexual, branca, militar e estancieira. Os governadores analisados contrastam com essa narrativa tradicional e o ensaio discute como essas lideranças se posicionaram no campo simbólico e político, explorando as possibilidades de afirmar ou ressignificar o mito do gaúcho. Conclui-se que práticas educacionais críticas e inclusivas podem ampliar as representações simbólicas da identidade regional, em um diálogo que reflita a diversidade contemporânea.

Keywords:
Educability
Identity
Collective Memory

Abstract: This essay analyses how educability processes influence the construction of the cultural identity of Rio Grande do Sul, focusing on the administrations of Alceu Collares, first Black governor (1991–1995), Yeda Crusius, first woman in the position (2007–2011), and Eduardo Leite, present governor openly homosexual (2019–2022; 2023–present). The Gaucho identity has been shaped since the 20th century, adapting to the cultural, political, and social dynamics of each historical context. The consolidated myth projects a predominantly masculine, heterosexual, white, militarized, and ranching-oriented representation and this essay discusses how these leaders positioned themselves within the symbolic and political fields of the state, exploring the possibilities of affirming or re-signifying the Gaucho myth. It concludes that critical and inclusive educational practices can broaden the symbolic representations of regional identity, fostering a dialogue that reflects contemporary diversity.

Recebido em 05 de dezembro de 2024. Aprovado em 14 de abril de 2025.

* Graduado em História na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISIC); Licenciatura Plena. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação/UNISC, com bolsa PROSUC/CAPES mod. II. Professor de História Ensino Médio da rede privada. Vinculado a Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos e ao Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação. E-mail: thiago.ellert.pilz@gmail.com.

** Professor no Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) com extensão na Universidade de Coimbra - Portugal. Pós-doutor em Educação (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da UNISC. Mestre em Desenvolvimento Regional, Licenciado em História e Especialista em História do Brasil pela UNISC. E-mail: mateusskolaude@unisc.br.

Introdução

Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do século XXI, a figura do gaúcho como imaginário mítico e representativo da identidade sul-rio-grandense tem sido intensamente mobilizada por diversos veículos, como a educação, a mídia e a publicidade. Esse período foi marcado pelo crescimento de elementos culturais relacionados ao Rio Grande do Sul, com a disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) em diversas regiões, dentro e fora do país, além do lançamento de festivais de música nativista, rodeios, programas de televisão e rádio, colunas de jornais, livros, lojas de pilchas típicas e churrascarias. Esse mercado de bens simbólicos e materiais constitui processos de educabilidade utilizados de forma efetiva, para consolidar as idealizações sobre o perfil identitário da população sulina.

Para compreender esse processo, é fundamental considerar o conceito de tradições inventadas, proposto pelo historiador Eric Hobsbawm (1997), que se refere à criação de práticas e símbolos que, embora apresentados como tradicionais, são, na verdade, construções modernas projetadas no presente para coesão social de determinadas identidades. A figura do gaúcho, que no passado foi um cavaleiro errante, sem trabalho fixo e nacionalidade definida, circulando entre as regiões do pampa e fronteira do atual estado do Rio Grande do Sul, Uruguai e norte da Argentina, envolvido em saques e crimes de fronteira, foi reinterpretado ao longo do século XX e transformado em um herói branco, estancieiro e vinculado a valores masculinos e bélicos. Essa narrativa heroica negligencia aspectos importantes da história regional, como as trocas culturais com os países platinos, o impacto da escravidão e a miscigenação racial de negros e indígenas.

A construção hegemônica do gaúcho como figura emblemática da identidade sul-rio-grandense foi moldada a partir de uma narrativa centrada no homem branco, militar e elitizado, que reforça valores de masculinidade e bravura. Essa representação exclui sistematicamente grupos como mulheres, negros e homossexuais, marginalizando suas contribuições e experiências dentro da identidade regional. Enquanto o gaúcho é celebrado

como herói viril e poderoso, as “prendas” são relegadas ao espaço privado e submisso, os negros são invisibilizados na história oficial, e os homossexuais são desvalorizados por romperem com o estereótipo tradicional da masculinidade.

Diante disso, esse estudo busca entender como, no mesmo período em que a identidade gaúcha se expandiu globalmente, representada por uma figura tradicionalmente masculina, branca, militar e elitizada, o Rio Grande do Sul elegeu governadores com características identitárias que contradizem esse imaginário hegemônico. É curioso notar que, enquanto a cultura gaúcha se difundia pelo mundo através de tradições inventadas, políticos como Alceu Collares (1991 a 1995), primeiro governador negro, Yeda Crusius (2007 a 2011), primeira mulher governadora, e Eduardo Leite (2019 até atualidade), primeiro governador homossexual, assumiram o poder no estado. O artigo explora como esses líderes, com perfis antagônicos ao estereótipo do gaúcho, desafiaram ou fortaleceram a narrativa identitária regional, propondo novas perspectivas sobre esse mito fundador do Rio Grande do Sul.

A estrutura do ensaio está dividida em três partes. Na primeira, será abordado o papel da memória como instrumento político de identidade e sua capacidade de influência nas identidades regionais, compreendendo-as como uma construção social. Nesse ponto, será debatido o conceito de tradições inventadas, que destaca como certas práticas e símbolos foram criados e consolidados ao longo do tempo para sustentar identidades culturais. Na segunda parte, serão discutidas as origens do mito do gaúcho, seu fortalecimento ao longo das últimas décadas e as dinâmicas que garantiram sua permanência, analisando como os processos de educabilidade contribuíram para a contínua ressignificação dessa identidade regional. Por fim, a terceira parte examinará os governos de Collares, Crusius e Leite, destacando suas respectivas participações na formulação de novas narrativas sociais sobre o mito do gaúcho, considerando suas lacunas de poder. Na conclusão será traçado um panorama geral das narrativas em operação, com foco em suas heranças, transformações atuais e perspectivas futuras.

Memória e identidade regional: a construção do mito

O conceito de memória abarca muito do que entendemos por realidade. As narrativas do nosso passado influenciam a forma como percebemos o presente e planejamos o futuro (Halbwachs, 2004). A história de um povo é absolutamente perpassada pela sua capacidade de formular uma narrativa capaz de criar uma identidade. Transportar a resposta da pergunta “quem somos?” para o coletivo é um grande feito e envolve fenômenos que vão desde processos pedagógicos/educativos passando por instauração de costumes e mitos caros a narrativa local. Para Candau (2016), a memória nos modela enquanto modelamos a memória. A forma como me entendo é baseada na minha herança e a forma como entendo e reproduzo essa ancestralidade é baseada no meu presente. Uma hierarquia fechada como o movimento tradicionalista gaúcho que veremos mais adiante é uma estrutura de força impressionante, que mantém seus ideais e suas tradições em um esforço de conservar uma realidade onde a sociedade funciona sem alterações, sem rupturas; isto é, se forma um processo de educabilidade sem espaço para críticas e questionamentos. Conforme Barbosa:

O passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. O passado é o vínculo memorável estabelecido a partir do presente. A memória configura-se, assim, como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente. Por outro lado, o presente indica o que vivemos, mas também as rememorações proporcionadas pelo passado. (Barbosa, 2019, p. 18).

No Rio Grande do Sul, o diálogo com uma fantasia do pampa, onde uma figura estereotipada fundou e semeou as virtudes-base da identidade gaúcha pode ser o indicativo necessário para entendermos como ocorre essa intersecção com a memória. LeGoff (1994) aponta que antes da escrita eram necessários narradores orais dos mitos e tradições como forma de manter viva a cultura de um povo, um agente responsável por manter acesa a vela da alma daquele conjunto social. Atualmente convivemos com meios de comunicação cada vez

mais velozes que são capazes de guardar essas narrativas, a oralidade divide espaço agora com a escrita e com a digitalização da cultura. Não somos mais incentivados a manter a cultura intocada, e sua manipulação abre espaço para a influência sobre as identidades.

Conforme demonstra Maurice Halbwachs (2004), mesmo considerando que cada vivência nos proporciona uma memória individual, coexistimos em um tecido social que se parece com uma rede de pequenos fios. Nesse sentido o estudioso aponta que estamos sempre embrenhados em meio a uma memória coletiva que é maior do que nossa individualidade. O individual existe, mas sempre em contato direto com o coletivo:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (Halbwachs, 2004, p. 55).

No longo prazo, a memória atua diretamente na construção da identidade gaúcha. A Revolução Farroupilha, uma derrota militar, é ressignificada por algumas vertentes históricas a ponto de atualmente ser consenso entre os gaúchos a importância do evento para a mobilização que é sua identidade cultural, se tornando um dos pilares da tradição reverenciada. Isso nos diz muito sobre a capacidade seletiva da memória, sendo permeado esse processo pelo que Jocelito Zalla, demonstra ser um “dispendio e investimento criativo e consciente dos atores nele envolvidos” (2010, p. 59).

Têm-se dessa forma que o projeto tradicionalista significa para aqueles capazes de o influenciar um grande poder sobre a narrativa que opera a realidade. Os discursos que perpassam uma sociedade, sejam mobilizados nos jornais, nos livros didáticos, entre outros são fundamentais para o entendimento que um povo tem sobre sua

ancestralidade. Isso fica ainda mais acentuado no Rio Grande do Sul, onde a estrutura dos CTGs, altamente patriarcal e hierárquica desvela realmente soberanos da memória. Ou no caso, padrões da memória.

É já extensa a bibliografia que mergulha nas raízes do tradicionalismo gaúcho buscando explicar de onde nasce a figura estereotipada que é esse ser mitológico, dialogando com educação e narrativas históricas (Freitas, 2007; Guedes, 2009; Munari, 2010; Pesavento, 1989). Amplamente mobilizada por Paixão Cortes e Barbosa Lessa no século XX, as ideias e as tradições que permeiam o centauro dos pampas estendem longos braços pela história (Zalla, 2010), nem sempre se ligando a verdades absolutas. Durante certo período houve uma busca dos movimentos tradicionalistas de não permitir a morte do gaúcho em sua essência “centáurea”, buscando a repetição de costumes, ritos e o enaltecimento das narrativas que o gaúcho pampeano carregaria consigo (Zalla, 2010).

A narrativa tradicionalista inegavelmente se apoia em esquecimentos e em invenções práticas, bem como em apropriações. A figura do “vagamundo”, do pastor das pradarias, que vivia de carne assada e chimarrão busca elementos em diversas culturas e fontes para constituir o amálgama cultural que hoje dá esteio ao que Rubem Oliven (2006) vai conceituar como uma das culturas mais capazes de externar seus saberes e tradições no mundo globalizado. O chimarrão de origem indígena, as danças advinda de toda América Latina, o vestido de prenda claramente europeu são algumas das mais clássicas alegorias que foram abrigadas debaixo da bombacha e do lenço do gaúcho mítico. Uma vez arrebanhadas todas essas referências culturais, foi um único idealtípico que se fortaleceu e ganhou espaço ao longo do tempo, na mão de “homens e mulheres de letras, educados em padrões cosmopolitas e valendo-se de modelos narrativos europeus os responsáveis pela elaboração do gaúcho como símbolo da identidade coletiva do Rio Grande do Sul.” (Zalla, 2010, p.72). O gaúcho clássico, que é a imagem que costumeiramente vem à cabeça quando falamos desse estereótipo é o homem branco, heterossexual, de posses, normalmente montado a cavalo e armado.

Belicoso, machista e elitista, essa figura é capaz de se legitimar sobre eventos como a Revolução Farroupilha, uma derrota militar, mas amplamente ressignificada como uma demonstração de honra e bravura de um povo que queria se libertar das garras do Império e buscar uma liberdade idealizada. Essa, claro, sendo a narrativa que se optou por construir e fortalecer nas práticas pedagógicas. A revolução que só envolveu as camadas superiores da sociedade, o uso de mercenários, o Massacre de Porongos (Silva, 2010) e a continuidade da escravidão em meio ao discurso de luta pela liberdade, são todas partes da História convenientemente “varridas para debaixo do tapete”.

Usando o conceito já citado de “senhor da memória”, de LeGoff (1994) pode-se pensar em soberanos das narrativas que cercam e que mobilizam o tecido social para fomentar o culto a essa figura mítica. O MTG é um importante ator nesse processo. Desde as músicas, passando pela indumentária e pelas tradições do Rio Grande do Sul, todos esses elementos são continuamente fortalecidos em um ciclo patriótico bastante desenvolvido. Ao longo do tempo é inegável que buscando exaltar a figura do homem branco, outros grupos “minoritários” ficaram de fora do radar cultural do tradicionalismo. Se faz necessário então considerar que mulheres, negros, indígenas e homossexuais perpassaram a História do Rio Grande do Sul sem ter um papel ativo nas narrativas sobre a figura do gaúcho, estando sempre a sua sombra ou atuando como coadjuvante submisso.

Ruben Oliven destaca ainda outro aspecto interessante. A figura do gaúcho é mobilizada com mais força quando o verdadeiro gaúcho pampeano perde sua força. Com a industrialização do estado no começo do século XX se acelera a urbanização e é crescente o nível de êxodo rural, a exaltação desse gaúcho idealizado ganha força, em um movimento reconhecido de enaltecimento do passado rural por indivíduos que conforme passa o tempo tem cada vez menos contato com o campo de fato. O movimento passa pela elite intelectual, mas logo se populariza. Em meados do século XX, já encontramos um Movimento Tradicionalista Gaúcho que começa a angariar membros e trabalhar suas narrativas. Destaca-se um trecho do texto

Ruben Oliven (2006), autor que analisa detalhadamente a ascensão do MTG:

Entrevistas realizadas com alguns desses fundadores, figuras proeminentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, revelam que, na maioria, eles eram descendentes de pequenos proprietários rurais de áreas pastoris de latifúndio, ou de estancieiros em processo de descenso social e que vieram à capital para estudar. Esse dado é significativo porque mostra que os fundadores do MTG, embora cultuem valores ligados ao latifúndio, não têm origem na oligarquia rural. Ele evidencia também que o Tradicionalismo, desde seu começo, é um movimento urbano que procura recuperar os valores rurais do passado. (Oliven, 2006, p. 108).

Surtem então centros de tradicionalismo com estatutos específicos voltados para a valorização de virtudes ancoradas em uma ancestralidade fragmentada e reformada. O movimento logo ganha corpo, seu alcance se expande de forma exponencial com músicas, danças, e cartilhas educacionais, apoiadas em regras definidas e na hierarquia patriarcal. Segundo Zalla “o tradicionalismo opera com representações sociais de longa duração, se apropriando de, reconstruindo e atualizando artefatos culturais que remetem mesmo à produção dos primeiros escribas da antiga província, além dos textos da *gauchesca platina*” (2010, p. 142). Com poucas décadas, os CTGs estão por todo o Estado e além dele, ampliando os preceitos pregados por essa mitologia, sendo inclusive abraçados pelos chamados grupos de imigrantes germânicos, italianos, açorianos, entre outros, comunidades deslocadas da política nacional do Brasil sediada no Rio de Janeiro e distantes demais de sua própria pátria, mas que veem no tradicionalismo uma expressão de valores semelhantes aos seus e uma forma de inclusão social. Oliven destaca que no começo do século já há um forte elemento de “desterritorialização”, com mais de 30% dos CTGs se localizando fora do Estado, onde viajam os gaúchos, viaja sua cultura (Oliven, 2006, pg. 145).

O fortalecimento da cultura e o sentimento de pertencimento sem dúvida geram um espaço cultural muito rico e positivo. Por outro lado, é necessário compreender que o imobilismo da narrativa cultuada pelo MTG e sua quase nula

abertura para revisão histórica dão brecha para a instituição do que a pensadora nigeriana Chimamanda Adichie vai chamar de teoria da História Única (2019). A hegemonia de uma narrativa gera diversos perigos como não reconhecimento de certos grupos como coautores da história, quando esses não aparecem dentro da narrativa tida como oficial. O passado é formador de identidades, se ele só dialogar com parte da população o que será da identidade cultural do restante do povo? Certos recortes sociais serão sempre expostos a uma posição de secundarização? De marginalização e esquecimento?

O projeto inconsciente de tornar soberana certa narrativa histórica envolve desde a literal reescrita da história, passando por sua ressignificação e finalmente chegando em um momento de fixação. Esse processo persiste no que podemos chamar de práticas de educabilidade, sendo o CTG, um espaço de “educação informal” segundo Brum (2009); para além disso se destacam as contínuas atividades temáticas na “semana farroupilha” nas escolas, onde não é raro existir dias voltados ao uso da vestimenta tradicionalista, ao usufruto do chimarrão e a exaltação dos elementos tradicionalistas, atividades essas que trabalham com uma noção de educabilidade das gerações mais novas, que expostas aos cerimoniais e ritos do tradicionalismo não raro se inserem no seu jogo de “diferenças e hierarquias” (Brum, 2009, p. 12), onde a ética do tradicionalismo passa a moldar o saber dos jovens. Uma geração que tem mais proximidade com o movimento tradicionalista é uma geração aberta a aceitar as verdades perpetuadas por essas entidades e instituições. A dialética crítica tem pouco espaço em um centro de tradições, uma vez que a predisposição é justamente viver segundo a ética e os valores do passado (por mais que ele seja idealizado), ou seja não há espaço para questionamentos sociais amplos.

O mito do gaúcho vitorioso traz a galope consigo um recorte social muito peculiar e podemos dizer bastante exclusivista. As grandes conquistas do gaúcho são herança do patriarca homem branco montado a cavalo e empunhando um revólver. Quase toda a construção mitológica desse centauro lendário é feita a partir dessa figura. Não coabitam o imaginário as mulheres, os negros, os nativos, em suma, as minorias. Sobra a esses grupos o espaço da

exclusão e da marginalização. Trataremos nesse trabalho se as figuras já citadas fizeram do cargo de governador um espaço para reabilitar o entendimento do passado do povo gaúcho (ou porque não o fizeram). Alceu Collares, eleito em 1991 é o primeiro caso a ser discutido.

Os governadores e a identidade do gaúcho

Alceu Collares

Em sua biografia, Collares conta a história de ter sido um vendedor de laranjas, de ter passado fome na infância, de ter sido jogador de futebol, e funcionário dos Correios, antes de estudar para ser advogado e finalmente político. Uma história inspiradora, como se propõe a ser a biografia assinada por Celina Carvalho, mas sem dúvida com forte teor de contraste com a figura do homem branco estancieiro que norteia o mito do gaúcho. Na década de 1990, um estado mais urbanizado e industrializado já havia se afastado da figura mitológica do gaúcho o bastante para colocar como seu representante estadual uma figura que se distancia significativamente do estereótipo?

Em seus momentos de campanha, ele pouco fala de sua cor. Se vende como humilde, como pouco ambicioso:

Argumentos do discurso em comícios e nos textos das peças publicitárias – o recurso mais utilizado nos slogans foi lembrar a origem pobre e a maneira na qual Collares ascende na vida: “de jornalista a governador”, “a força que vem do povo” e “neste, o povo confia”. Outra referência é ao trabalhismo e ao líder máximo do PDT: “Collares vai fazer no Rio Grande o que não deixaram Brizola fazer no Brasil: um grande governo”; “Collares, assume o comando e conduz o trabalhismo à vitória no Rio Grande”, esta assinada por Brizola em cartão impresso. (Machado e Noschang, 2019, p. 14).

Na sua forma de ver, era muito mais fácil angariar apoio se vendendo como companheiro político de Brizola, uma figura forte no estado, mobilizada pelo PDT do que utilizando-se de um discurso racial. Segundo o próprio Collares alguns

momentos de sua campanha surgem com jargões políticos que se utilizam da cor, mas que nunca foram ideia sua. O famoso “não vote em branco, vote no negão”, teria sido uma invenção orgânica dos eleitores de Collares e não uma iniciativa sua para buscar apoio de determinado eleitorado. Até porque o discurso que se ancora no identitarismo ganha mais força no século XXI, enquanto nas décadas de 1980 e 1990, ápice político de Collares: o racismo tinha outro *modus operandi* do que tem hoje em dia. Não se deve esquecer que ele habita um espaço singular dentro do recorte histórico brasileiro. Depois da ditadura cívico-militar, o Brasil estava se alinhando cada vez mais com a ideia de democracia racial. Collares, podemos especular, se via muito mais como fruto do amálgama das três raças, do que como um homem negro que traz consigo todo o peso e a responsabilidade da riqueza ancestral afrobrasileira. As políticas identitárias que tanto reforçam as ideias antirracistas contemporâneas ainda não eram antevistas nesse contexto, e, muito mais do que erguer a bandeira da força da negritude, o contexto que envolve Collares reforça a ideia de uma convivência harmoniosa onde não operaria qualquer tipo de discriminação no que concerne a ideia de raça ou cor.

Ao negar seu evidente racismo, naquele período, o discurso que se popularizou no Brasil foi responsável por produzir a percepção de que a desigualdade era uma questão de classe social. O racismo e os mais de três séculos de trabalho compulsório são invisibilizados em nome de uma harmonia social pretensamente saudável. O espaço do negro no Brasil, que era de marginalizado, desempregado e pobre na grande maioria dos casos passava a ser envernizado e justificado por uma ideia de classe e não de raça. Nesse ínterim e como homem do seu tempo, é necessário entender que a origem humilde de Collares e o tempo que passou fome são muito mais importantes do que a cor da sua pele na construção de sua própria subjetividade. Para ele, para seu discurso e as políticas públicas que vai mobilizar, o elemento central não é a raça, mas sim a estrutura de classes socioeconômicas. “Até os anos 1980, a perspectiva teórica hegemônica na sociologia brasileira era a de que, da abolição até então, a persistência [da desigualdade racial] devia-se

essencialmente às barreiras de classe para a mobilidade social intergeracional” (Osório, 2021).

A análise do Plano de Governo de Alceu Collares publicado para sua campanha na década de 1990 retrata o que foi teorizado acima. Não há nenhuma menção a políticas voltadas para minorias raciais, mas são várias aquelas pensadas e voltadas para a instrumentalização das pessoas pobres, medidas que visavam colocá-las no mercado de trabalho e prover sua subsistência. No setor voltado para Habitação, o Plano de Governo novamente não vê um recorte racial, apesar de reconhecer um processo de favelização em Porto Alegre e outras grandes cidades do Estado. São propostas medidas, mas todas elas voltadas para essa perspectiva de mobilidade social a partir da desigualdade de classe, por exemplo: casas para os trabalhadores (proposta que vincula grandes empresas e construção de 19 mil casas para sua mão-de-obra), e também Habitações Cooperativadas (10 mil casas para população de classe média através de programas de financiamento União x Municípios).

Especificamente quando o tema é Ação Social, o texto destaca a falência do Plano Collor, afirmando as taxas alarmantes de desemprego, que andam atreladas a redução do poder de compra do trabalhador brasileiro. Novamente se destaca o fator desigualdade de classe: “Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma política de assistência social que supere a visão paternalista baseada no pressuposto de que as camadas mais pobres da população se encontram marginalizadas por incapacidades pessoais e que, por essa razão, necessitam ser tuteladas por um Estado aparentemente generoso ou por entidades assistenciais particulares.” (Plano de Governo, 1990, p. 29)

Ao expor suas ideias sobre Justiça, ele chega a citar a escravidão: “manteve-se a escravidão [na constituição de 1824], os açoites, as penas infamantes. Muitos foram perseguidos em suas opiniões, o ensino foi privilégio de poucos, mulheres, analfabetos, criados, empregados e religiosos não podiam votar. A cidadania foi apenas um rótulo, na verdade, privilégio de uma elite” (1990, p. 46). Mais à frente lê-se: “As camadas menos favorecidas da população temem a polícia, temem as autoridades e não confiam na Justiça e não fazem

uso dos remédios legais para a defesa ou a reivindicação de seus direitos ou por ignorância, ou por receio ou por não disporem de condições ou meios adequados.” (Plano de Governo, 1990, p. 42), novamente falando das populações marginalizadas, mas sem citar qualquer recorte de cor.

A única menção a africanidade se dá na seção do texto voltada para a Cultura. “Hoje, para entendermos a cultura do Rio Grande, temos que compreender a participação das etnias que predominam em nosso Estado, onde destacam-se a Alemã, Italiana, Africana [grifo nosso], Indígena, entre outras. Essas etnias, agregadas pelo seu desenvolvimento econômico social, político, enriquecem o Rio Grande e fazem dele um verdadeiro mosaico cultural. As várias regiões desse desenvolvimento, ao invés de dividirem, tornam-se polos de profundo engrandecimento de nosso Estado. Assim, elas não colidem, mas somam.” (Plano de Governo, 1990, p. 50), sem nenhuma menção a desigualdade racial. Como vimos esse não é o foco e sequer uma possibilidade lógica para o Plano de Governo, uma vez inserido em um recorte histórico onde esse conceito é anacrônico. Todavia, na mesma seção sobre Cultura, o mito do gaúcho é citado – e exaltado. Quando conceitua cultura e pretende exemplificar dentro do Estado, o Plano afirma: “O viver dos gaúchos, sua habitação, são as primeiras manifestações de nossa cultura. O gaúcho, o senhor do pampa [grifo nosso], descendente de espanhóis, índios e portugueses [...] O homem primeiro da cultura do Rio Grande.” (Plano de Governo, 1990, p. 50)

Claramente o que se desenha no campo das ideias a respeito da narrativa gaúcha mediante a análise das propostas do Plano de Governo Collares é um plano de incentivo à cultura, voltado para uma perspectiva tanto econômica como também de valorização cultural. Além da promessa de investimento de praxe de todo governo (compra de livros, apoio a música, aos museus e teatros, etc), o plano de ação conta com ideias como a criação de uma “ilha de informática cultural” para armazenamento do acervo cultural, bem como a fundação de um “balé folclórico”, o patrocínio de um circo itinerante sobre rodas, bem como a promoção de festivais de música e uma bienal de arte voltada para cultura latino-americana. Os CTGs são

citados como alvo de investimento cultural de arte popular juntamente com escolas de samba, mas sem qualquer menção a algum alinhamento étnico de qualquer desses movimentos, já que *pretensamente viver-se-ia em um ambiente harmonioso nesse sentido*.

Dessa forma, entende-se que a racialidade de Collares não é um pilar central em sua própria vida, se comparada a ideia de mobilidade de classe, e dessa forma não vem a ser central em seu governo. É inegável, que ao mobilizar com força o trabalhismo, dando atenção as camadas populares e mais marginalizadas no estado, ele acaba dando atenção a população negra, mas raramente com o escopo de atender o coletivo racial em específico. No final de sua biografia, ele afirma sobre o tema:

Eu tenho dores na alma e no meu corpo pelos meus antepassados que foram escravos. Nenhuma raça sofreu tanto no mundo. Porque nós trabalhamos 350 anos sem receber nada, como escravos. Nos largaram com uma mão na frente e outra atrás. Até hoje, nas periferias das grandes cidades, existem descendentes daqueles que foram arranhados pelo chicote. Isso tem que ser corrigido.

Eu sou favorável ao sistema de cotas, às ações afirmativas. É um começo, mas não é uma solução. A nação brasileira precisa fazer uma reparação para com os negros pelo serviço, pelas dores, pelos séculos de escravidão. As cotas não vão pagar toda a riqueza que nós, negros, produzimos. O índio, que era dono desta terra, e o negro não têm ainda hoje o tratamento que merecem. (Carvalho, 2015, p. 172).

E como então, isso afeta a figura do gaúcho no Rio Grande do Sul? Vejamos o que diz Ruben Oliven sobre o papel do coletivo afrodescendente na construção social do mito regional do gaúcho:

Ao passo que em outros estados do Brasil, como a Bahia, o negro comparece como um dos formadores da identidade, no Rio Grande do Sul sua imagem é relegada a um segundo plano. De fato, a historiografia gaúcha tradicional, apesar de reconhecer a existência generalizada do escravo no estado, insistiu na sua pouca importância no processo de trabalho (Oliven, 2006, p. 156).

Assim sendo, é inegável o fato de que os coletivos afrodescendentes foram colocados dentro

do Rio Grande do Sul em um espaço de esquecimento. Seu passado foi desmerecido e sua herança tida como irrisória, as narrativas negras não tiveram espaço dentro do que já conceituamos como a História Única do mito do gaúcho. Esse fenômeno discursivo teve e ainda tem consequências palpáveis. A desigualdade racial é uma realidade bem como o racismo, e esses são fatores que ainda que não erradicados poderiam estar em patamares diferentes se as histórias e a herança de matriz africana tivessem recebido a devida atenção. Em vez disso o Brasil engendra pelo discurso da democracia racial enquanto muitas de suas narrativas não operam no sentido de criar esse amalgama social de culturas, em contrapartida ao que se afirmava acontecer no campo da genética. Os resultados são políticas públicas que não assistem de forma uniforme a população, pelo contrário muitas vezes houve iniciativas de higienização e eugeniação, onde o negro era visto como agente corruptor da sociedade, sujeito a vícios e inepto ao trabalho duro e honesto.

Mais conectado ao partido, apaixonado pelo legado de Brizola, o governador parece mais preocupado em fazer um trabalho concreto e dar condições de vida melhores às pessoas marginalizadas independente da sua cor. O mito do gaúcho não esmaece durante seu mandato e ele não busca desconstruir a imagem típica de forma intencional. Em vez disso, sua eleição aponta para um empoderamento de uma classe antes marginalizada. Sob certa perspectiva podemos pensar que Collares atuou na busca de toda e qualquer desigualdade (principalmente a econômica, se vendo e propagandeando-se como herdeiro das classes baixas). Talvez não tivesse a verdadeira noção da desigualdade racial e de todos os seus meandros, mas lutou contra ela ao mesmo tempo que lutava contra a desigualdade de classe.

Alceu Collares é um sujeito atrelado ao seu recorte histórico, que lutou contra desigualdades. O mito do gaúcho, ainda que já estabelecido, não atacava diretamente a percepção étnica de Collares, haja visto que só é possível perceber a exclusão do coletivo negro dessa narrativa quando partimos do ponto de vista das filosofias identitárias, inexistentes durante o mandato e dessa forma imobilizáveis. Talvez seja muito mais plausível afirmar que o governador estava mais preocupado em provar ao

gaúcho que um garoto de origem muito humilde era capaz de grande carreira e grandes feitos, noção que já vai de encontro a percepção elitista do gaúcho típico.

Percebe-se a partir da análise do Plano de Governo que o recorte temporal e sua respectiva epistemologia se faz muito importante para o estudo que é aqui proposto. A mesma lógica se dá quando pensamos no governo da primeira mulher, já em 2007.

Yeda Crusius

Alcançando o cargo de governadora em um momento temporal onde as pautas e disputas por espaço no poder já são muito mais fortes, sua conquista é singular na história de um Estado com forte herança patriarcal. O Rio Grande do Sul tem poucas mulheres que receberam realmente muita atenção ao longo de sua História. Yeda soube o valor do espaço que ocupou. Em entrevista de 2007 ao programa da TV Cultura, Roda Viva, Yeda fala sobre a importância do dia da mulher:

Precisam, é só olhar as estatísticas referentes a desigualdade existente entre gêneros. As estatísticas que não orgulham ninguém do crescimento da violência doméstica que vem sobre a mulher e sobre a criança, a diferença de salários, é só ver a política brasileira, nós somos menos de 10% nas prefeituras, menos de 10% no Congresso Nacional. A participação ativa da mulher, ela vem através do trabalho, somos líderes comunitárias, elas estão em todos os setores da vida econômica, da vida social já como líderes, mas na verdade é uma diferença que requer que análise seja anualmente feita e até celebrando os momentos lá do passado em que a mulher, ela sofria por querer igualdade, ela sofria por não querer trabalhar ⅓ do dia tendo em casa esperando crianças esperando para cuidar. Então é um dia para se avaliar e se propor. [...] E se a diferença ela começa dentro de casa, Paulo [entrevistador], e ela começa realmente dentro de casa, ela tende a se reproduzir e ao se reproduzir é muito difícil depois consertar. Tem que haver sim, um dia especial e uma semana especial, para colocar as questões da mulher, os avanços que nós já temos, no Brasil vários, mas a maneira pela qual a realidade ela pode ser contraposta por uma política ativa em relação a gênero. (Roda Viva, 2007).

Mais adiante na mesma entrevista, ela ressalta ainda:

No Congresso Nacional, a bancada feminina ela é conhecida por estar de perto trabalhando para que leis como essa deem condições de atendimento à mulher vítima de violência, de maneira que ela não tenha voltado para a mesma casa e sofrer reproduzida mente o mesmo tipo de violência porque um juiz não poderia fazer o homem agressor sair de casa. Hoje já pode, então são aparentemente pequenos avanços, mas que muda a vida da mulher, muda a vida da criança, muda a vida da sociedade. (Roda Viva, 2007).

Entretanto, a configuração da própria entrevista deixa antever como esse papel é visto pelo público. Tirando a pergunta que inicia a entrevista e se dá pela coincidência de a entrevista ser de fato no Dia da Mulher, nada mais se fala sobre a perspectiva da mulher ao longo da conversa. É claro, que a política Yeda não ofusca a mulher Yeda, mas o protagonismo e o pioneirismo do espaço de decisão do Estado ser tomado por uma mulher parece ocupar aqui apenas um espaço quase protocolar, é necessário falar disso por ser o marco histórico, mas as polêmicas e o Plano de Governo com buracos chamam muito mais atenção ao debate.

No que diz respeito a essas propostas há uma explícita preocupação com a diversidade. Entre suas promessas e objetivos propostos cita-se o Plano de Governo:

O principal objetivo do governo da coligação Rio Grande Afirmativo será trabalhar para que todos os gaúchos, sem exceção, independente de gênero, raça, idade, aptidões físicas, tenham condições de viver dignamente, com igualdade de acesso aos serviços sociais básicos e com oportunidades para buscarem uma vida melhor. Vamos empreender políticas específicas para segmentos historicamente confrontados com menores oportunidades na sociedade, como é o caso das mulheres, dos negros, dos jovens, dos idosos e dos portadores de necessidades especiais. (Plano de Governo, 2006, p. 46).

O texto segue afirmando o protagonismo feminino ao redor do mundo que só faz crescer, utilizando o exemplo de Angela Merkel, na época liderança europeia proeminente e chanceler da

Alemanha. Por outro lado, destaca a presença indiscutível da desigualdade de gênero, afirmando que as mulheres recebem 70% do que ganham os homens, que o desemprego é uma realidade e que o preconceito muitas vezes é um grande obstáculo para uma carreira. Suas propostas para acabar com a desigualdade de gênero são no mínimo ambíguas. Enquanto a luta contra outros tipos de desigualdades envolve criação de programas e ampliação de projetos, a mulher só é citada em suas propostas de governo no que diz respeito ao combate ao preconceito no mercado de trabalho “através de projetos educativos e campanhas específicas”, sem entrar em mais detalhes. Outra frente citada em suas propostas é o incentivo a denúncia da violência doméstica nas Delegacias das Mulheres, bem como o amparo psicológico, material e de segurança para as vítimas. O governo liderado por uma mulher é bastante limitado no que diz respeito a políticas de gênero, fica claro com a leitura do Plano que Yeda Crusius tem outras prioridades e que para além do exemplo próprio pouco irá atuar na busca da redução dessa desigualdade.

A expansão da cultura é outro fator presente no Plano de Governo, sua visão é de que o estado deve incentivar e apoiar a cultura gaúcha, gerando investimentos no mercado audiovisual e editorial, buscando profissionalizar e ampliar os espaços de difusão da cultura, como museus, e as exposições culturais citando danças, músicas, entre outros. Chama atenção a proposta 14: “Realizar programa em parceria com o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), para o aproveitamento de CTGs de todo o Rio Grande do Sul como espaços de formação cultural e educacional, formando também professores nos nossos temas históricos, usos, costumes e folclore.” Sem dúvida o CTG é um espaço de cultura muito importante no âmbito regional, mas a formação de professores versados em cultura gaúcha a partir do seu seio pode ser problemática, uma vez que um dos grandes desafios do professor é formar alunos críticos, capazes de questionar suas noções de verdades. Um espaço fortemente hierarquizado onde a hegemonia da narrativa gaúcha patriarcal é incontestável pode gerar o tipo de abertura necessária para esse tipo de educação crítica? Essa proposta chama atenção pois dialoga diretamente com a ideia de educabilidade

que exploramos. O professor como sujeito atuante no processo pedagógico passar por uma formação tradicionalista de certa forma fere sua autonomia e busca fragmentar a capacidade crítica. As narrativas do movimento tradicionalistas se alinhadas a um processo de educação positivista pode significar um grande passo para uma educabilidade voltada ao adestramento do sujeito para que aceite como verdades absolutas os enunciados do tradicionalismo.

No Estado onde o feminino tradicionalmente ocupa um lugar secundário, o que significa o governo de uma mulher? Ao longo do mandato, Crusius pouco mobilizou sua fala nesse sentido, mas isso se deu de fato pelos compromissos e escândalos políticos a “atropelarem” ou podemos teorizar que a mesma pouco usa seu espaço de fala uma vez que teme enfrentar um bem construído movimento tradicionalista que vendo-a se projetar como uma figura feminina de grande envergadura usaria de sua influência para desmontar a retórica da mulher no espaço de poder e “colocá-la no seu devido lugar, atrás do fogão”? Isto é, mobilizar sua feminilidade e discursos sobre a mesma com muita frequência tornariam Crusius um alvo?

Yeda não teve espaço ou não teve intenção de fazer frente ao mito do gaúcho, uma vez que é paulista de nascimento, vindo ao Rio Grande do Sul com 26 anos depois de se casar com o economista Carlos Crusius. Ela se coloca como uma figura que cultua o folclore gaúcho. Sem dúvidas uma estratégia política simples, mas que deixa passar o momento e a oportunidade para jogar luz sobre o papel marginalizado do feminino dentro do Estado. Crusius que se pronunciava orgulhosa com o passado gaúcho poderia ter usado seu palanque, de fato seu “lugar de fala” para reformar os conceitos sobre a prenda gaúcha, mas não o faz. Nesse momento, mantendo em vista mais a sua origem paulista do que o fato de ser uma mulher, Crusius estaria enfrentando o dilema do pertencimento de ser uma outsider? Tal qual as cidades de origem alemã e italiana que passam a dialogar com o gaúcho pampeano mitológico, Yeda não ousaria se colocar contra o discurso tradicionalista pois entende que precisa se encaixar no Estado, ao invés de questionar sua fundamentação?

A título de entender a situação da participação feminina dentro do cenário gaúcho no pós-governo Crusius, o estudo intitulado “A inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre”, produzido pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego e publicado em março de 2012, pode ser bastante útil. Como o próprio Plano de Governo de Crusius afirma, uma mulher antes do governo em questão ganhava 70% do valor de um homem na mesma função. Qual foi o impacto do mandato feminino que como vimos não teve a diminuição da desigualdade como carro-chefe de suas propostas. O subtítulo do estudo é desanimador: “Bom desempenho no mercado de trabalho da região metropolitana em 2011 pouco impactou as desigualdades de gênero”.

O texto destaca que houve crescimento econômico generalizado, o que impactou de forma parecida tanto as forças de trabalho masculina quanto feminina, diminuindo a taxa de desemprego como um todo. No fundo, apesar de positivo esse dado aponta que a desigualdade no mercado de trabalho permaneceu imutável. A taxa de mulheres empregadas soa positiva, mas pode ter uma origem negativa. O número de mulheres no mercado de trabalho cresceu quase no mesmo ritmo da porcentagem de lares chefiados por elas. Uma vez donas de casa sozinhas, a fonte de renda familiar nesses casos é responsabilidade também da matriarca. O espaço da mulher é onde quiser estar, seja em casa ou trabalhando, se ver forçada a trabalhar por ser sua única forma de sustentar a família aponta um crescimento indireto da situação de precarização e desigualdade social no que concerne as questões de gênero.

Para agravar a situação o estudo afirma que o tempo médio de procura de emprego para os homens é de 21 semanas, enquanto as mulheres passam em média 25 semanas desempregadas até serem alocadas, uma clara vantagem dos homens. Apesar da situação perene de desigualdade, as mulheres tiveram algumas conquistas. O setor privado passou a contratar mais mulheres do que nos anos anteriores, bem como houve mais contratações com carteira assinada e um acréscimo na renda. Destaca-se, apesar dos avanços, que em nenhum dos cenários as mulheres estão na parte de

cima do gráfico, tirando exceções como o trabalho doméstico que tradicionalmente emprega mais mulheres do que homens. A diferença financeira também é apontada no texto: “Em 2010, o rendimento médio real por hora auferido pelas mulheres correspondia a 81,4% do rendimento masculino. Já em 2011, essa proporção subiu para 82,3%” (Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2012, p. 11).

Uma vez analisados os dados a que conclusões podemos chegar? A primeira delas é que a economia se desenvolveu e alavancou consigo tanto homens quanto mulheres, e apesar dos tímidos avanços, a classe feminina seguiu desvalorizada quando comparada aos homens. Apesar do foco desse texto ser a ação dos governadores analisados sobre a narrativa e a realidade social, acreditamos ser pouco plausível legitimar os atos do mandato Crusius como centrais para esses avanços, uma vez que não há nenhuma ideia de reforma ou reflexão a respeito do mito do gaúcho no seu Plano de Governo. O movimento feminino há décadas busca igualdade e avanços nas estatísticas elencadas e com certeza esse tipo de ação é muito mais responsável pelos avanços do que o governo de Yeda. É necessário creditar a luta de décadas, mesmo em um estado onde a mulher foi historicamente vista como secundária, e onde o governo da primeira mulher pouco fez para mudar essa narrativa. Pelo contrário, ainda propôs a formação de educadores dentro do movimento tradicionalista.

Eduardo Leite

O atual governador do Estado, é entre os atores políticos aqui elencados o que mais chama atenção para o espaço social que ocupa enquanto homem gay. Leite foi eleito para o governo do Estado em 2019, permanecendo no mandato até 2022, quando renuncia para tentar fazer sua candidatura para presidente. Não dando certo retorna para disputar as eleições do Estado e é eleito governador novamente em 2023. Durante seu primeiro mandato não houve mobilizações da sua parte a respeito da própria sexualidade, todavia também não houve uma tentativa de esconder esse fato. Embora não falasse publicamente da sua orientação sexual, o ex-prefeito de Pelotas buscava

desde o começo da sua carreira política atuar em apoio a comunidades LGBT, em 2012 o prefeito já afirmava seu apoio a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, se autointitulando como progressista nos costumes.

O momento mais emblemático da carreira política de Eduardo Leite talvez seja a entrevista com Pedro Bial, em 2021, onde o político de fato assume sua sexualidade em rede nacional. Abaixo destacam-se alguns trechos:

Eu sou gay. E sou um governador gay, não sou um gay governador tanto quanto Obama nos EUA não foi um negro presidente, foi um presidente negro e tenho orgulho disso. [...] Pois bem, que fique claro eu não tenho nada a esconder e tenho orgulho dessa integridade de poder aqui dizer também sobre a minha orientação sexual quem eu sou, embora devêssemos viver em um país em que isso fosse uma não questão, mas está aqui claro. [...] Eu simplesmente não falava sobre esse assunto, porque a minha orientação sexual toca na minha vida e a política é sobre o que eu posso fazer para tocar na vida dos outros. [13 a 15 min] (Conversa com Bial, 2021).

É interessante notar que já nesse momento, Leite percebe que sua decisão de anunciar sua orientação sexual terá um elemento de influência política:

Eu também num momento comecei a ficar preocupado sobre como falar sobre isso sem parecer que poderia ser promoção porquê de outro lado tem uma militância que trabalha para abrir frentes para homossexuais, transexuais, eu também sempre apoiei essa causa embora não tenha falado sobre a minha orientação sexual. E não quero nem de longe comparar algum tipo de sofrimento com que eu tenha tido com esse tema com aquilo que sofrem efetivamente outras pessoas que gays, transexuais, pobres, negros, na periferia que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Essas pessoas sim têm um nível de sofrimento por conta além de tudo por conta de sua orientação sexual. Que merece o nosso acolhimento, o acolhimento de toda a sociedade. [...] Essa diversidade nos enriquece. [16 min] (Conversa com Bial, 2021)

Uma vez retirada a pedra no caminho que era a oficialização do anúncio público, Leite encara sua sexualidade de outra forma. Passa a ser mais frequentemente visto com o marido, fala sobre ele e as pautas LGBT ganham mais espaço na agenda do governador. Diante de sua reeleição em 2023 (depois de enfrentar uma campanha onde sua orientação sexual foi infinitas vezes atacada), Leite durante o primeiro pronunciamento como governador reeleito, discursa:

E quero, por fim, fazer um especial agradecimento. Esta é a primeira eleição em que eu me apresento sem precisar deixar de falar algo pessoal, que não deveria ser alvo de discussões na sociedade em que nós nos apresentamos, que nós desejamos, mas que eu já tinha tomado a decisão: não encerraria o meu mandato, que eu cumpri, sem falar disso, porque eu entendo que o nosso papel como lideranças políticas não é apenas o de manejar orçamento, fazer obras, organizar políticas públicas. O nosso papel é também de liderar e ajudar a sociedade a ir na direção correta, do ponto de vista civilizatório. E se nós acreditamos efetivamente no amor, como acreditamos, ele não pode ser seletivo, mas sim a cada uma das pessoas, como o próprio Deus ensinou. E por isso, é com muita alegria que eu estou aqui, ao lado do Thalís, o meu amor, meu carinho, por quem, além de amor, tenho respeito, admiração pelo ser humano que é, pelo profissional da saúde que é dedicado às crianças com câncer, dedicado às crianças com doenças especiais, em especial aquelas com nanismo, com problemas de crescimento. [...] Muito obrigado, Thalís, por me acompanhar nesta jornada, por entender, compreender! O Rio Grande do Sul não tem uma primeira-dama, mas tem alguém que é de verdade, podem ter certeza. (Pronunciamento do governador Eduardo Leite na cerimônia de transmissão de cargo, no Palácio Piratini, em 1º/1/2023).

Apesar de ser difícil fazer um panorama do governo de Eduardo Leite devido a impossibilidade de distanciamento histórico, é interessante notar que na atualidade a discussão identitária é muito mais presente, estamos no auge da onda de mobilização a respeito de raça, gênero e orientação sexual, entre outros identitarismos. O diálogo de Leite é com a comunidade LGBT+, mas mesmo dentro desta nem todas as avaliações sobre seu mandato bem como seu

pronunciamento na entrevista com Bial são vistas com hegemonia de impressões positivas. No contexto eleitoral onde busca distância do seu antigo aliado Bolsonaro, o movimento de Leite ao afirmar sua orientação soa oportunista dentro de alguns círculos de opinião. Em entrevista ao Brasil de Fato a escritora, professora e ativista Atena Beauvoir Roveda comentou:

A maior contradição, que eu identifico na leitura de fato, é que, para Leite, ser gay não é ser um governador que olhe para a população LGBT, mas simplesmente ser gay. E quem aponta essa lógica não sou eu, mas a falta de políticas públicas no governo tucano atual para a população LGBTI. (Neves, 2021).

Conforme a professora, as políticas de Leite no seu mandato são poucas e ineficientes no que diz respeito a uma mudança de paradigma na situação da comunidade LGBT+. Para legitimar sua afirmação e colher os frutos políticos da afirmação faria mais sentido Leite ter uma postura mais ativa, principalmente propondo avanços e incitando o debate sobre a questão uma vez ocupando o espaço de proeminência que é o cargo de governador. A mesma estudiosa afirma em outro trecho da entrevista:

É preciso deixar bem explícito que na história do Rio Grande do Sul, as políticas públicas para nossa população sempre estiveram sendo impulsionadas pelos movimentos sociais. O mérito de qualquer avanço nesse sentido, advém das articulações que tais movimentos realizaram durante anos na busca por ampliar acesso à saúde, possibilitar maior segurança para a comunidade e autenticar socialmente as identidades de gênero. (Neves, 2021).

Seja como for, o pronunciamento de Leite e alguns acenos, ainda que tímidos, em relação a políticas públicas mais voltadas para a comunidade LGBT+ que vão além da retórica como a nomeação da primeira mulher trans no cargo de Secretária Adjunta da Cultura no estado; são passos significativos e incontornáveis para a comunidade que tem no governador um exemplo de que orientação sexual não se relaciona com a capacidade de gerir um estado, como afirma Cristiano

Goldschmidt, em coluna para o canal online MyNews em agosto de 2021. Até mesmo o aproveitamento político dessa fala pode ser questionado, uma vez que a população brasileira como um todo se mostra muitas vezes pouco favorável a comunidade LGBT+. Em vez de propaganda, falar livremente sobre o tema parece ser muito mais uma estratégia de defesa, para que não seja possível a candidatos opositores encontrarem e exporem esse segredo em oportunidades futuras.

Com a entrevista no passado e o fato de não ter sido indicado para concorrer à presidência, Leite volta para concorrer a uma reeleição no Rio Grande do Sul em 2022 e de fato vence, derrotando Onix Lorenzoni. Em seu Plano de Governo para 2023-2026, sobre a temática LGBT+ destaca-se um trecho: “O respeito à diversidade teve como destaque a elaboração do Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo e a instituição da Rede Estadual de Proteção LGBTQIA+. Pessoas trans e indígenas passaram a contar com cotas em concursos no serviço público gaúcho” (Plano de Governo, 2022, p. 19). Para além disso e nos voltando para a ideia de cultura e narrativa gaúcha, diferentemente de Crusius, Leite não propõe utilizar os CTGs como agentes de capacitação de professores. É óbvio que seu Plano de Governo não fala em desconstruir o mito do gaúcho, afinal nem é esse o papel do governo do Estado, mas entre suas prioridades para o setor cultural, encontramos o que segue: “Implementar programa de incentivo à qualificação dos produtores da área cultural, fortalecendo e dinamizando a cadeia produtiva da cultura” (Plano de Governo, 2022, p. 40). Dinamismo no setor da cultura pode ser ligado a trazer novas ideias, novos conceitos e questionamento sobre as antigas verdades. A proposta de Leite então não é atacar a herança cultural, como ele demonstra quando aparece com indumentária típica durante eventos, mas trazer novas propostas e proporcionar aberturas. Ser fotografado “pilchado” é ao mesmo tempo um aceno ao movimento tradicionalista confirmando sua importância como também é um aceno a novos tempos, como se dizendo que a bombacha cabe bem mesmo para ele na posição de um homem gay. Nas entrelinhas, o discurso para dinamizar a cultura gaúcha pode muito bem ser entendido como uma

pretensão não para reforma, mas para abertura do mito do gaúcho, ainda que não na sua totalidade.

Apesar disso, seu posicionamento normalmente não é de tomar o lugar de fala de grupos a que não pertence, mas de usar sua influência e seu palanque para promover a escuta de vozes normalmente silenciadas. Um exemplo é o 20 de setembro de 2021, o qual, o governador abriu espaço para a promoção do livro "A Matriz da Cultura Negra no Gauchismo", de Liliana Cardoso em uma festividade farroupilha no Palácio Piratini, uma vez que os grandes movimentos estavam debilitados pela pandemia. Isto é, no cenário de maior importância para o governo gaúcho, o governador abriu espaço para um evento de integração onde o personagem principal dialogava e comunicava sobre a importância da cultura de matriz africana no Estado.

Abrir espaço para esse tipo de atividade é o conselho básico de qualquer assessor político no século XXI, mas fazê-lo no dia 20 de setembro parece ser um passo além. O mito do gaúcho está arraigado na mentalidade do povo, não há como o desconstruir repentinamente. Longe de uma posição de enfrentamento, esse tipo de atitude gera diálogo e compartilha saber. As raízes da mitologia são profundas o bastante para que muitas vezes aqueles que a perpetuem já a tenham subjetivado e nem percebam mais as nuances racistas e machistas que a perduram. Existe uma demanda por um descobrimento desse regionalismo que se adapte à realidade do século XXI e que escute as vozes dos oprimidos que existem em seu meio.

Na esteira desse pensamento, é interessante retomar a entrevista com Pedro Bial, em 2021, onde Eduardo Leite afirma: "Sou um governador gay, não sou um gay governador, tanto quanto Obama nos EUA não foi um negro presidente, foi um presidente negro." Essa declaração reflete uma compreensão clara do conceito de patrimonialismo, no qual os espaços de poder muitas vezes são apropriados para reforçar identidades particulares ou privilégios de classe, raça ou gênero. Leite foi duramente criticado por alguns movimentos sociais por não colocar sua orientação sexual acima de seu cargo público, mas sua posição reflete exatamente o ideal de impessoalidade republicana que deve guiar um chefe de estado. Ao enfatizar que sua identidade pessoal

não define sua função como governador, Leite reposiciona o debate sobre o papel do indivíduo no poder, destacando que a governança deve transcender as categorias identitárias para atender ao bem público. Sua fala propõe uma crítica à personalização do poder no Brasil, frequentemente marcada por interesses patrimonialistas, e reafirma que o exercício da função de governar deve ser centrado no compromisso com a sociedade como um todo, respeitando a separação entre a esfera pública e privada (Holanda, 2006, p. 153-166).

A diferença entre as duas frases está na noção de transitoriedade do cargo público em contraste com a permanência das características pessoais. Ainda que atos políticos deixem marcas e legados, o cargo é momentâneo e não deve definir completamente quem o ocupa. Por exemplo, Yeda Crusius, enquanto mulher governadora, teve sua atuação inevitavelmente marcada pela questão de gênero, mas sua identidade pessoal, como mulher, não pode ser reduzida ao tempo em que exerceu o cargo. Essa perspectiva é reforçada na fala de Eduardo Leite, ao enfatizar que "antes de verem um gay no governo do estado, percebam que sou uma pessoa que está ocupando o cargo de governador e que também é orgulhosamente gay." Leite desloca a ênfase da identidade individual para a função pública, reafirmando o princípio republicano de que o cargo deve ser exercido em prol da coletividade, sem que características pessoais se sobreponham ao papel institucional.

Essa ideia também pode ser aplicada a Alceu Collares, que, como primeiro governador negro do Rio Grande do Sul, não foi definido exclusivamente por sua identidade racial, mas sim como um homem negro que exerceu a função de governador, enfrentando os desafios institucionais do cargo. A diferença entre "ser um negro governador" e "um governador negro" ou "uma mulher governadora" e "uma governadora mulher" revela uma nuance importante no debate patrimonialista: a identidade pessoal do governante é inevitável e legítima, mas sua atuação deve priorizar a impessoalidade da esfera pública. Essa distinção sutil, mas fundamental, reflete como a discursividade molda percepções e abre espaço para um exercício de poder que respeita tanto a diversidade dos governantes quanto os princípios republicanos.

Considerações finais

As considerações finais deste artigo reforçam a complexidade e os desafios de democratizar a identidade gaúcha, especialmente a partir das experiências e atuações de Alceu Collares, Yeda Crusius e Eduardo Leite. A presença de representantes de minorias em espaços de poder não garante, por si só, transformações estruturais na sociedade. A eleição de um indivíduo pertencente a um grupo historicamente marginalizado só resulta em mudanças efetivas quando suas ações políticas mobilizam discursos e práticas que desafiem as desigualdades existentes e promovam novos caminhos para inclusão e justiça social. Nesse sentido, o papel dos governadores analisados vai além de suas identidades pessoais, evidenciando a importância de suas ideias, decisões e interações com as narrativas culturais que moldam o estado.

A democratização da identidade gaúcha exige uma abertura para outras referências simbólicas, amparadas pelos valores republicanos, que priorizem a igualdade e a inclusão. Não se trata de destruir o mito do gaúcho, que é central para a cultura do estado e um importante elemento de coesão social e econômica, mas de reinterpretá-lo. O mito, ao invés de ser encarado como uma verdade imutável, pode ser um ponto de partida para novas narrativas que dialoguem com as demandas contemporâneas e acolham a diversidade de experiências e identidades que compõem o Rio Grande do Sul.

Os processos de educabilidade desempenham um papel crucial nesse contexto, ao criar oportunidades para que as narrativas identitárias sejam questionadas, enriquecidas e disputadas democraticamente. A partir da introdução de novos símbolos, personagens e histórias, seja na política, na cultura ou na educação, é possível ampliar as representações da identidade regional. Assim, mais homossexuais, mulheres e negros podem ocupar cargos de liderança, e novos atores sociais podem integrar os rituais e celebrações tradicionais, carregando consigo visões que reflitam a pluralidade da sociedade gaúcha.

A memória, como processo dinâmico, pode integrar essas novas perspectivas à identidade gaúcha, de modo a torná-la mais inclusiva. Em vez de um passado fixo e excludente, o mito do gaúcho

pode se transformar em um espaço de diálogo, onde múltiplas vozes e histórias sejam reconhecidas e valorizadas. Assim, o Rio Grande do Sul terá a oportunidade de construir um presente mais democrático, que respeite as diferenças e promova a igualdade, e um futuro carregado de esperança, no qual a identidade regional seja vista como um patrimônio coletivo, moldado por todos os seus habitantes, independentemente de gênero, raça ou orientação sexual.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **Revista Matrizes**, v. 13, n. 1, p. 13-25, 2019.

BRUM, Ceres Karam. Tradicionalismo e Educação no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Celina. **Alceu Collares: o voto e o pão**. Edição Digital. Porto Alegre, 2015.

Conversa com Bial. **Entrevista com o Governador Eduardo Leite**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9dJX6ILYxS8>. Acesso em 01 ago. 2024.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de. A sala de aula como um espaço que constitui a identidade gaúcha. **Educação & Realidade**, v. 32, n. 2, p.49-62 2007.

GOLDSCHMIDT, Cristiano. A contribuição de Eduardo Leite para a comunidade LGBTQIAP+. **MyNews**. Porto Alegre. 5 ago. 2021. Disponível em: <https://canalmynews.com.br/voce-colunista/contribuiçao-eduardo-leite-lgbtqiap/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GUEDES, Berenice Lagos. O mito do Gaúcho e suas repercussões na História da Educação no Rio Grande do Sul. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 53-68, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). **A invenção das tradições**. RJ: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**: Edição comemorativa de 70 anos. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, SHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

LEGOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1994.

LEITE, Eduardo. **Pronunciamento do governador Eduardo Leite na cerimônia de transmissão de cargo, no Palácio Piratini**. 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/pro-nunciamento-leite-cerimonia-palacio-piratini-v1.docx>. Acesso em: 21 nov. 24.

MACHADO, Maria Berenice da Costa; e NOSCHANG, Fernanda Andricopulo - **A Campanha de Alceu Collares para o Governo do Rio Grande do Sul em 1990**. Trabalho apresentado no GT História da Publicidade e da Comunicação Institucional, integrante do 12º Encontro Nacional de História da Mídia, 2019.

Acesso em 01 ago. 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/203799/001107268.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MUNARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio grandense. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p.159-183, 2010.

NEVES, Pedro. "Para Leite, ser gay não é olhar para a população LGBT, mas apenas ser gay", afirma Atena Roveda. **Brasil de Fato**. Porto Alegre. 11 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/11/para-leite-ser-gay-nao-e-olhar-para-populacao-lgbt-mas- apenas-ser-gay-afirma-atena-roveda/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: Mito e História. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 55-63, 1989.

Pesquisa de emprego e desemprego (PED). **A inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre**. Março de 2012. Acesso em 31 out. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pedmulherpoa.pdf>.

Plano de Governo: **Crescer Juntos** (Eduardo Leite, vice Gabriel Souza): 2023 – 2026.

Plano de Governo: **Projeto Povo Grande do Sul**,
Frente Progressista Gaúcha (Alceu Collares, vice
João Gilberto): 1991 – 1994.

Plano de Governo: **Yeda Crusius, vice Paulo Feijó**:
2007 – 2010.

Roda Viva, **Yeda Crusius, 05/03/2007** -
Disponível em:
[https://www.youtube.com/watch?v=31bH8SI7kEw
&list=WL&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=31bH8SI7kEw&list=WL&index=4). Acesso em: 01 ago. 2024.

SILVA, Juremir Machado da. **História Regional
da Infância**. Porto Alegre, RS: Editora L&PM
Editores, 2010.

ZALLA, Jocelito. **O centauro e a pena**: Luiz Carlos
Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições
gaúchas. 2010. Dissertação (Mestrado em História)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto
Alegre, 2010.